SUMÁRIO

Diploma	Página	Estudado	Revisto	Questões	Dúvidas?
Constituição Federal	15	☐	☐	☐	☐
LINDB	87	☐	☐	☐	☐
Código Civil	91	☐	☐	☐	☐
Código de Processo Civil	133	☐	☐	☐	☐
Código Penal	179	☐	☐	☐	☐
Código de Processo Penal	207	☐	☐	☐	☐
Código Tributário Nacional	229	☐	☐	☐	☐
Código de Defesa do Consumidor	245	☐	☐	☐	☐
Código Florestal	257	☐	☐	☐	☐
Consolidação das Leis do Trabalho – CLT	263	☐	☐	☐	☐
Estatutos					
Estatuto da Criança e do Adolescente	299	☐	☐	☐	☐
Estatuto da Cidade	316	☐	☐	☐	☐
Estatuto do Desarmamento	318	☐	☐	☐	☐
Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte	319	☐	☐	☐	☐
Estatuto da Igualdade Racial	322	☐	☐	☐	☐
Estatuto da Pessoa com Deficiência	326	☐	☐	☐	☐

Diploma	Página	Estudado	Revisto	Questões	Dúvidas?
Estatuto Jurídico da Empresa Pública	329	☐	☐	☐	☐
Normas OAB					
Estatuto da Advocacia e da OAB	333	☐	☐	☐	☐
Código de Ética e Disciplina da OAB	354	☐	☐	☐	☐
Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB	366	☐	☐	☐	☐
Legislação Complementar	391	☐	☐	☐	☐
Súmulas					
Súmulas STF – Súmulas Vinculantes	592	☐	☐	☐	☐
Súmulas STF – Súmulas	593	☐	☐	☐	☐
Sumulas STF – Precedentes Qualificados	594	☐	☐	☐	☐
Súmulas STJ – Súmulas	598	☐	☐	☐	☐
Tribunal Superior do Trabalho – Súmulas	600	☐	☐	☐	☐
Orientações Jurisprudenciais – SDI-1	604	☐	☐	☐	☐

LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR

DECRETO-LEI Nº 25, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1937 393
Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.

DECRETO-LEI Nº 3.365, DE 21 DE JUNHO DE 1941 393
Dispõe sobre desapropriações por utilidade pública.

DECRETO Nº 42.121, DE 21 DE AGOSTO DE 1957 395
Promulga as convenções concluídas em Genebra a 12 de agosto de 1949, destinadas a proteger vítimas de defesa.

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964 396
Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e contrôle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

LEI Nº 4.717, DE 29 DE JUNHO DE 1965 398
Regula a ação popular.

DECRETO Nº 57.663, DE 24 DE JANEIRO DE 1966 399
Promulga as Convenções para adoção de uma lei uniforme em matéria de letras de câmbio e notas promissórias.

LEI Nº 5.474, DE 18 DE JULHO DE 1968 400
Dispõe sobre as duplicatas e dá outras providências.

LEI Nº 5.478, DE 25 DE JULHO DE 1968 400
Dispõe sobre ação de alimentos e dá outras providências.

LEI Nº 6.019, DE 3 DE JANEIRO DE 1974 401
Dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências.

LEI Nº 6.404, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1976 401
Dispõe sobre as sociedades por ações.

LEI Nº 6.830, DE 22 DE SETEMBRO DE 1980 414
Dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública, e dá outras providências.

LEI Nº 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981 415
Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.

LEI Nº 7.210, DE 11 DE JULHO DE 1984 416
Institui a Lei de Execução Penal.

LEI Nº 7.347, DE 24 DE JULHO DE 1985 422
Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (vetado) e dá outras providências.

RESOLUÇÃO CONAMA Nº 01, DE 23 DE JANEIRO DE 1986 423
Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental. Impacto Ambiental

LEI Nº 7.783, DE 28 DE JUNHO DE 1989 425
Dispõe sobre o exercício do direito de greve, define as atividades essenciais, regula o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, e dá outras providências.

LEI Nº 8.009, DE 29 DE MARÇO DE 1990 425
Dispõe sobre a impenhorabilidade do bem de família.

LEI Nº 8.036, DE 11 DE MAIO DE 1990 425
Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências.

LEI COMPLEMENTAR Nº 64, DE 18 DE MAIO DE 1990 430
Estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º, da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação e determina outras providências.

LEI Nº 8.072, DE 25 DE JULHO DE 1990 434
Dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências.

LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990 436
Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

LEI Nº 8.137, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1990 441
Define crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo, e dá outras providências.

LEI Nº 8.212, DE 24 DE JULHO DE 1991 442
Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências.

LEI Nº 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991 447
Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.

LEI Nº 8.245, DE 18 DE OUTUBRO DE 1991 452
Dispõe sobre as locações dos imóveis urbanos e os procedimentos a elas pertinentes.

LEI Nº 8.429, DE 2 DE JUNHO DE 1992 453
Dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal; e dá outras providências.

DECRETO Nº 592, DE 6 DE JULHO DE 1992 459
Atos Internacionais. Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos. Promulgação.

LEI Nº 8.934, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1994 461
Dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins e dá outras providências.

LEI Nº 8.987, DE 13 DE FEVEREIRO DE 1995 462
Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências.

LEI Nº 9.029, DE 13 DE ABRIL DE 1995 466
Proíbe a exigência de atestados de gravidez e esterilização, e outras práticas discriminatórias, para efeitos admissionais ou de permanência da relação jurídica de trabalho, e dá outras providências.

LEI Nº 9.096, DE 19 DE SETEMBRO DE 1995 466
Dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 17 e 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal.

LEI Nº 9.099, DE 26 DE SETEMBRO DE 1995 467
Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências.

LEI Nº 9.279, DE 14 DE MAIO DE 1996 469
Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial.

LEI Nº 9.296, DE 24 DE JULHO DE 1996 471
Regulamenta o inciso XII, parte final, do art. 5º da Constituição Federal.

LEI Nº 9.307, DE 23 DE SETEMBRO DE 1996 472
Dispõe sobre a arbitragem.

LEI Nº 9.433, DE 8 DE JANEIRO DE 1997 474
Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989.

LEI Nº 9.455, DE 7 DE ABRIL DE 1997 474
Define os crimes de tortura e dá outras providências.

LEI Nº 9.474, DE 22 DE JULHO DE 1997 475
Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências.

LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997 476
Institui o Código de Trânsito Brasileiro.

LEI Nº 9.504, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997 477
Estabelece normas para as eleições.

LEI Nº 9.507, DE 12 DE NOVEMBRO DE 1997 482
Regula o direito de acesso a informações e disciplina o rito processual do habeas data.

LEI Nº 9.514, DE 20 DE NOVEMBRO DE 1997 483
Dispõe sobre o Sistema de Financiamento Imobiliário, institui a alienação fiduciária de coisa imóvel e dá outras providências.

RESOLUÇÃO CONAMA Nº 237, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1997 485
Dispõe sobre a revisão e complementação dos procedimentos e critérios utilizados para o licenciamento ambiental.

LEI Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998 486
Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.

LEI Nº 9.613, DE 3 DE MARÇO DE 1998 487
Dispõe sobre os crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta Lei; cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, e dá outras providências.

LEI Nº 9.784, DE 29 DE JANEIRO DE 1999 488
Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

DECRETO Nº 3.048, DE 6 DE MAIO DE 1999 490
Aprova o Regulamento da Previdência Social, e dá outras providências.

LEI Nº 9.868, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1999 508
Dispõe sobre o processo e julgamento da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.

LEI Nº 9.882, DE 3 DE DEZEMBRO DE 1999 510
Dispõe sobre o processo e julgamento da arguição de descumprimento de preceito fundamental, nos termos do § 1º do art. 102 da Constituição Federal.

DECRETO Nº 3.321, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1999 510
Promulga o Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais "Protocolo de São Salvador", concluído em 17 de novembro de 1988, em São Salvador, El Salvador.

LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000 512
Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

LEI Nº 9.985, DE 18 DE JULHO DE 2000 523
Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.

LEI Nº 9.986, DE 18 DE JULHO DE 2000 525
Dispõe sobre a gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras e dá outras providências.

LEI COMPLEMENTAR Nº 105, DE 10 DE JANEIRO DE 2001 525
Dispõe sobre o sigilo das operações de instituições financeiras e dá outras providências.

LEI Nº 10.259, DE 12 DE JULHO DE 2001 526
Dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal.

LEI COMPLEMENTAR Nº 116, DE 31 DE JULHO DE 2003 526
Dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências.

LEI Nº 11.079, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2004 526
Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública.

LEI Nº 11.101, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2005 530
Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária.

LEI Nº 11.107, DE 6 DE ABRIL DE 2005 546
Dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências.

LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006 547
Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.

LEI Nº 11.343, DE 23 DE AGOSTO DE 2006 548
Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências.

LEI Nº 11.770, DE 9 DE SETEMBRO DE 2008 549
Cria o Programa Empresa Cidadã, destinado à prorrogação da licença-maternidade mediante concessão de incentivo fiscal, e altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

LEI Nº 11.788, DE 25 DE SETEMBRO DE 2008 550
Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

LEI Nº 12.016, DE 7 DE AGOSTO DE 2009 550
Disciplina o mandado de segurança individual e coletivo e dá outras providências.

LEI Nº 12.037, DE 1º DE OUTUBRO DE 2009 551
Dispõe sobre a identificação criminal do civilmente identificado, regulamentando o art. 5º, inciso LVIII, da Constituição Federal.

LEI Nº 12.153, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009 552
Dispõe sobre os Juizados Especiais da Fazenda Pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.

LEI Nº 12.187, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2009 552
Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC e dá outras providências.

LEI Nº 12.305, DE 2 DE AGOSTO DE 2010 553
Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.

LEI Nº 12.414, DE 9 DE JUNHO DE 2011 554
Disciplina a formação e consulta a bancos de dados com informações de adimplemento, de pessoas naturais ou de pessoas jurídicas, para formação de histórico de crédito.

LEI Nº 12.506, DE 11 DE OUTUBRO DE 2011 555
Dispõe sobre o aviso prévio e dá outras providências.

LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011 555
Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.

LEI COMPLEMENTAR Nº 140, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2011 556
Fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora; e altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.

LEI Nº 12.846, DE 1º DE AGOSTO DE 2013 559
Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.

LEI Nº 12.850, DE 2 DE AGOSTO DE 2013 560
Define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); revoga a Lei nº 9.034, de 3 de maio de 1995; e dá outras providências.

LEI COMPLEMENTAR Nº 150, DE 1º DE JUNHO DE 2015 560
Dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico; altera as Leis nº 8.212, de 24 de julho de 1991, nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e nº 11.196, de 21 de novembro de 2005; revoga o inciso I do art. 3º da Lei nº 8.009, de 29 de março de 1990, o art. 36 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, e o inciso VII do art. 12 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro 1995; e dá outras providências.

DECRETO Nº 8.727, DE 28 DE ABRIL DE 2016 562
Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

LEI Nº 13.300, DE 23 DE JUNHO DE 2016 562
Disciplina o processo e o julgamento dos mandados de injunção individual e coletivo e dá outras providências.

LEI Nº 13.445, DE 24 DE MAIO DE 2017 563
Institui a Lei de Migração.

LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018 569
Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) (Ementa com redação dada pela Lei 13.853/2019)

LEI Nº 13.848, DE 25 DE JUNHO DE 2019 572
Dispõe sobre a gestão, a organização, o processo decisório e o controle social das agências reguladoras, altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, a Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, a Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, a Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, a Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, e a Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001.

LEI Nº 13.869, DE 5 DE SETEMBRO DE 2019 573
Dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade; altera a Lei nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989, a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994; e revoga a Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965, e dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

LEI Nº 13.966, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2019 573
Dispõe sobre o sistema de franquia empresarial e revoga a Lei nº 8.955, de 15 de dezembro de 1994 (Lei de Franquia).

LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021 575
Lei de Licitações e Contratos Administrativos.